

900 são contratados

O diretor de Imprensa do Sindicato dos Professores (Sinpro), Antônio Lisboa, afirma que os professores não podem ser culpados pelos atestados intercalados. "Quem dá o atestado é o médico. E todos os atestados são levados ao Serviço de Perícia Médica da Secretaria de Educação. Se houvesse erro, os peritos detectariam", argumenta.

Ele ressalta, ainda, que é freqüente que professores fiquem doentes e que não é vantagem para o profissional tirar atestados intercalados. Na avaliação do promotor de Justiça da 1ª Promotoria de Defesa da Educação, Georges Carlos Moreira, não há nenhuma irregularidade no processo de atestados médicos. Ele ressalta que o período de afastamento é uma decisão única e exclusiva do médico.

Moreira sugere que a Secretaria de Educação

contrate, por meio de concurso público, um número mais expressivo de educadores para que, nessas ocasiões, haja profissionais disponíveis para remanejamentos. "Em todos os setores, há pedidos de afastamento por motivo de saúde e nem por isso há contratações temporárias. As empresas se adequam à ausência do profissional. Acredito que a saída viável é a contratação de mais professores".

Na semana passada, a Secretaria de Educação convocou 900 professores temporários para suprir a carência resultante da concessão de licença prêmio (três meses) a professores que compõem o quadro. Com isso, o órgão garante que toda a demanda está atendida.

"Se ainda houver algum caso de falta de professor é por causa de questões de contrato", diz Keyli Cristina Resende.